

Manifesto Contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas

As Coalizões, Redes, Entidades Sindicais, Instituições Acadêmicas, Fóruns, Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil e Associações signatárias deste documento consideram que a possível autorização e regulamentação da educação domiciliar (homeschooling) é fator de EXTREMO RISCO e constitui mais um ataque ao direito à educação como uma das garantias fundamentais da pessoa humana. Tal regulamentação pode aprofundar ainda mais as imensas desigualdades social e educacional e multiplicar os casos de violência e desproteção aos quais estão submetidos milhões de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, nos manifestamos firmemente contrários aos Projetos de Lei de regulamentação da matéria presentes no Congresso Nacional, ao texto original e aos apensados, bem como à proposta de substitutivo ao PL 3.179/2012, elaborada pela deputada Luisa Canziani, texto que reforça em vários aspectos o PL 2.401/2019, apresentado pelo governo Bolsonaro ao Parlamento, e acrescenta novos pontos controvertidos.

A educação escolar (regular) necessita de mais investimentos e de efetivo regime de colaboração para superar os desafios históricos e atuais impostos pela pandemia e não da regulamentação de uma modalidade que ataca as finalidades da educação previstas no artigo 205 da Constituição Federal e amplia a desobrigação do Estado com a garantia do direito humano à educação de qualidade para todas as pessoas.

Manifestamos também nossa grande preocupação com a tramitação do PL 3.262/2019, que visa descriminalizar a ausência de matrícula escolar de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos para famílias que adotarem a educação domiciliar. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados está prestes a votar o PL, remetendo-o diretamente ao plenário da Casa. Atualmente, a Lei Penal, em sintonia com preceitos constitucionais, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, prevê o crime de abandono intelectual aos pais que não mandarem seus filhos à escola. A tentativa de acelerar a votação desse projeto, com base em um texto extremamente problemático, é mais um ataque ao direito à educação e um risco ao debate democrático e responsável sobre uma temática tão sensível à sociedade.

É com preocupação que diversas instituições têm acompanhado o debate sobre a regulamentação da educação domiciliar no Congresso Nacional, dada as fragilidades argumentativas em torno de sua operacionalização e dos riscos que apresenta ao direito e prioridade absoluta da criança e do adolescente. Esse debate tem ocorrido não somente sobre o PL supracitado, como também e especialmente em torno do PL 3.179/2012 e seus apensados.

É espantosa a prioridade dada pelo governo Bolsonaro à regulamentação da educação domiciliar. O Brasil e o mundo atravessam um momento de profunda crise social, econômica, política e educacional; pessoas estão adoecendo física e mentalmente; a fome e o desemprego crescem de forma avassaladora; a pandemia da Covid-19 afetou toda a sociedade nas diversas instâncias, trazendo marcas indeléveis, sem falar nos abismos emocionais que as famílias têm enfrentado com as medidas restritivas. De maneira drástica e inconsequente, para dizer o mínimo, nosso país caminha para meio milhão de mortes decorrentes da pandemia. Faltam leitos em UTIs, medicamentos para intubação e a vacinação caminha a passos lentos.

No campo da educação, as secretarias estaduais, distrital e municipais estão desamparadas tanto financeiramente quanto para planejar e implementar o ensino remoto com tecnologias, o retorno às aulas presenciais, o enfrentamento da evasão escolar e o combate à violência doméstica. A inviabilização do Plano Nacional de Educação por uma absurda política econômica de austeridade fiscal e a ausência de coordenação federal, também na educação, denunciam a opção do Governo em desviar a atenção do que deveria ser prioritário na gestão de superação da pandemia. O debate sobre o homeschooling se apresenta como mais uma agenda inoportuna diante das agruras vividas pelos sistemas de ensino e a sociedade em geral.

Mesmo fora de um contexto de exceção e emergência, a regulamentação do ensino domiciliar não se mostraria solução viável para superar os problemas enfrentados pela educação. As prioridades passam pela expansão da educação integral, tal como acontece em países mais desenvolvidos em termos educacionais. As metas do Plano Nacional de Educação (e dos planos subnacionais) precisam ser cumpridas; o financiamento público requer mais aportes, inclusive com a vinculação dos recursos do Pré-sal para a educação; o Sistema Nacional de Educação carece de regulamentação para potencializar os regimes de cooperação e colaboração interfederativos, tendo o Custo Aluno Qualidade como referência, e para aprimorar a regulação da rede privada.

Neste momento, em particular, a vacinação dos profissionais da educação se coloca como prioridade para o retorno das aulas presenciais. Porém não basta vacinar, é preciso assegurar, em todas as escolas, EPIs e demais condições de segurança sanitária previstas em protocolos que priorizem a ampla testagem, o rastreamento e o isolamento dos infectados pelo coronavírus. As escolas necessitam de investimentos em infraestrutura e em equipamentos com conectividade universal e gratuita para estudantes e profissionais da educação, uma vez que o ensino híbrido deverá ser realidade mesmo no pós-pandemia.

Para tanto, o Congresso Nacional precisa aprovar o Piso Emergencial proposto pela Coalizão Direitos Valem Mais, derrubar o veto nº 10/2021 aposto ao PL 3.477/20 e assegurar a perenidade dos orçamentos da educação, sem cortes e contingenciamentos. Outra medida essencial e urgente consiste em identificar as situações mitigadoras da exclusão escolar e das violações do direito à educação durante a pandemia e investir em novos recursos pedagógicos e na busca ativa dos estudantes excluídos da escola, assegurando o pleno direito de todos à educação de qualidade.

Outras questões suscitadas na pandemia e muito sensíveis ao debate do homeschooling dizem respeito à insegurança alimentar de crianças e famílias que voltaram a fazer parte do Mapa da Fome da ONU, a invisibilidade dos casos de trabalho infantil e o aumento expressivo no número de agressões, violência doméstica e da violência sexual nos domicílios brasileiros, em especial contra meninas, mulheres e adolescentes LGBTI+. Casos verificados, contraditória e preocupantemente, num momento em que os registros de boletins de ocorrência despencaram! Isso revela a vulnerabilidade de nossas crianças e adolescentes sem o amparo da escola.

Diferente do que muitos imaginam a educação domiciliar não pode ser encarada como economia aos cofres públicos. As escolas, os conselhos tutelares (e o Estado) terão gastos extras com a fiscalização e adequação de suas estruturas e corpo funcional para acompanhar as matrículas e as respectivas atividades não presenciais previstas na proposta de regulamentação da educação domiciliar. Isto é falar no acompanhamento social, físico e mental das crianças confinadas em seus domicílios - ainda que muito limitado, já que há transferência do espaço público ao privado. Trata-se de situações não mensuradas nos projetos em debate no Congresso e sequer passíveis de solução dentro da constitucionalidade, do quadro de direitos humanos e nas normativas da educação, que certamente demandarão novas despesas nos orçamentos públicos e das escolas particulares. O Parlamento não pode aprovar projetos que elevam custos orçamentários sem a respectiva indicação de fontes de custeio e na contramão do que determina a legislação vigente.

Por outro lado, a defesa do ensino regular e presencial nas escolas se pauta em premissas que derivam de princípios constitucionais e de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A formação educacional precisa assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Além disso, a escola é o local do coletivo, de oportunidades igualitárias para novas aprendizagens, de interação e respeito às diversidades, onde crianças e jovens desenvolvem habilidades socioemocionais e essenciais para poderem atuar e modificar as sociedades democráticas. É na comunidade que nos tornamos sujeitos, nos confrontamos e crescemos como pessoas; ampliamos nossa visão de mundo; compreendemos as necessidades alheias e a importância da construção de um mundo com justiça social, com empatia e solidariedade, que supere as discriminações e o racismo estrutural da sociedade brasileira.

O Parecer nº 34/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação(CEB/CNE) e as decisões históricas do Supremo Tribunal Federal em julgamentos referentes a ações que tratam de leis inspiradas pelo movimento Escola sem Partido deixam evidente a importância da socialização de crianças e jovens na escola, oportunidade para viverem o diferente e o contraditório, aspectos fundamentais para o desenvolvimento. Reafirmam que as crianças e adolescentes, sujeitos de direitos em desenvolvimento, não podem ser compreendidos como propriedades de suas famílias e que devem ser garantidos a elas e a eles os direitos à convivência social e ao acesso aos conhecimentos científicos e humanísticos por meio das escolas, mesmo que esses conhecimentos entrem em confronto com as doutrinas políticas e religiosas de suas famílias.

A importância da família não é aqui desprezada, ao contrário. O processo educacional é uma ação recíproca, simultânea e de cumplicidade entre a sociedade, a comunidade educativa e o Estado. E as instituições escolares são espaços de construção de conhecimentos, experiências e vivências significativas e complementares à educação familiar. Uma não substitui a outra, elas se complementam. Ademais, as famílias e/ou responsáveis já têm a liberdade e a prerrogativa prevista em Lei para escolher a educação escolar de suas crianças e adolescentes.

Em face do exposto, reiteramos nossa convicção, fundamentada em elementos históricos, nos direitos humanos e em razões pedagógicas, na formação educacional a partir da intrínseca relação família - escola - sociedade - Estado. A imposição do homeschooling de forma abrupta e unilateral, desconsiderando inúmeras realidades pedagógicas e sociais e fragilizando ainda mais a condição docente, além de seu caráter elitista e de pseudoalternativa às demandas requeridas pela educação em todo o país, especialmente advindas da pandemia da Covid-19, não o credenciam como viável para a esmagadora maioria do povo brasileiro.

Por isso, de forma contundente, nos manifestamos extremamente contrários a qualquer tentativa de regulamentação da educação domiciliar no país pelo Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Manifestação presente em cerca de [150](#) posicionamentos públicos de diversos interlocutores do campo educacional apresentados ao Congresso Nacional nos últimos meses: de instituições acadêmicas, associações de gestoras e gestores públicos, entidades sindicais, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, redes e fóruns nacionais às entidades que representam institutos e fundações empresariais. Neste momento, estamos sintonizados com um uníssono NÃO à regulamentação da educação domiciliar no país.

ASSINAM ESTE MANIFESTO

1. ABRAPEE
2. Ação Educativa: Assessoria, Pesquisa e Informação

3. Afoxé Alafin Oyó - ARC Afoxé Alafin Oyó
4. Aliança Nacional LGBTI+
5. AMPID Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Idosos
6. ANDI - Comunicação e Direitos
7. Antra – Associação Nacional De Travestis E Transexuais
8. APASE - Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo
9. apê - estudos em mobilidade
10. Aprofem
11. Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
12. ARTIGO 19
13. Associação Amigos São Francisco Rodolfo Pirani
14. Associação Biblioteca Comunitária Maria das Neves Prado
15. Associação Brasileira de Alfabetização
16. Associação Brasileira De Alfabetização (Abalf)
17. Associação Brasileira De Ensino De Biologia (Sbenbio)
18. Associação Brasileira De Ensino De Psicologia (Abep)
19. Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis E Transexuais (Abglt)
20. Associação Brasileira De Organizações Não Governamentais (Abong)
21. Associação Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências (Abrapec)
22. Associação Brasileira De Saúde Coletiva (Abrasco)
23. Associação Brasileira Do Currículo (Abdc)
24. Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
25. Associação Cidade Escola Aprendiz
26. Associação Cidade Escola Aprendiz
27. Associação companhia Terramar
28. Associação Cultural Kinoforum
29. Associação das Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul (AESUFOPE)
30. Associação dos Docentes da Ufes (Adufes-S.Sind.)
31. Associação Dos Orientadores Educacionais Do Rs (Aoergs)
32. Associação dos Professores/as de Filosofia do Estado de São Paulo (APROFFESP)
33. Associação Dos Servidores Do Inep – Anísio Teixeira (Assinep)
34. Associação dos Trabalhadores Rurais Quilombolas Comunidade Vargem do Rancho e Sítio Capivara
35. Associação Mães e Pais pela Democracia (AMPD)
36. Associação Nacional de Ação Indigenista
37. Associação Nacional de Educação Católica ANEC
38. Associação Nacional de Juristas pelos Direitos Humanos LGBTI (ANAJUDH-LGBTI)
39. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia ANPEPP
40. Associação Nacional De Pesquisa Em Financiamento Da Educação (Fineduca)
41. Associação Nacional De Política E Administração Da Educação (Anpae)
42. Associação Nacional De Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação (Anped)
43. Associação Nacional De Pós-Graduação Em Filosofia (Anpof)
44. Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior (Andifes)
45. Associação Nacional Dos Pós-Graduandos (Anpg)
46. Associação Nacional Pela Formação Dos Profissionais Da Educação (Anfope)
47. Associação Pró-Melhoramentos do Bairros Vila Maria Helena e Jardim Primavera
48. Associação Rede Unida
49. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
50. Associação Remanescente dos Quilombos de Salva Vidas
51. Associação: AMAÍ- Moarada do Arco-íris LGBT BRASIL
52. Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA)
53. Ativa Educação
54. Avante Educação E Mobilização Social
55. Bc. Tapete Literário
56. BCJCS Biblioteca Comunitaria Josimar Coelho da Silva

57. Biblioteca Varanda Literária Maria de Lourdes Miranda
58. CACS - FUNDEB
59. Campanha Nacional Pelo Direito À Educação
60. Católicas pelo Direito de Decidir
61. CBJP - Comissão Brasileira Justiça e Paz
62. Cedes – Centro De Estudos Educação & Sociedade
63. Central Da Classe Trabalhadora - Intersindical
64. Central De Trabalhadores E Trabalhadoras Do Brasil (CTB)
65. Central Única Dos Trabalhadores (CUT)
66. Centro das Mulheres do Cabo CMC
67. Centro de Cultura Luiz Freire
68. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) Ceará
69. Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS)
70. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca) - Limeira
71. Centro de Direitos Humanos de Sapopemba (CDHS)
72. Centro De Estudos E Pesquisas Em Educação, Cultura E Ação Comunitária (Cenpec)
73. Centro de Referências em Educação Integral
74. Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social (CENDHEC)
75. Centro Dos Professores Do Estado Do Rs - Cpers/ Sindicato
76. Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)
77. Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
78. Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)
79. Centro Paulo Freire-Estudos e Pesquisas CPFreire
80. CEU EMEF CIDADE DUTRA
81. Coalizão Direitos Valem Mais
82. Coletâncias Coletivo Pela Infância
83. Coletivo a Vez e a Voz das Crianças
84. Coletivo ELA - Educação Liberdade para Aprender
85. Coletivo Escola Família Amazonas (CEFA)
86. Coletivo Favela no Poder
87. Coletivo Feminista Helen Keller
88. Coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)
89. Coletivxs
90. COMDICA Brejo da Madre de Deus
91. Comissão Brasileira Justiça E Paz (Cbjp)
92. Comissão pro Arraial do Sitio dos Pintos
93. Comitê da Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM Brasil)
94. Comitê de Educação Integral do RN
95. Comitê Territorial Baiano de Educação Integral
96. Comitê Territorial de Educação Integral do RN (CTEIRN)
97. Conectas Direitos Humanos
98. Confederação Nacional Das Associações De Moradores (Conam)
99. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Educação (CNTE)
100. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Estabelecimentos De Ensino (Contee)
101. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Na Agricultura (Contag)
102. Confederação Nacional Dos Trabalhadores No Serviço Público Municipal (Confetam)
103. Conselho De Acompanhamento E Controle Social Do Fundeb De Mucuri-Ba
104. Conselho Federal De Fonoaudiologia (CFFA)
105. Conselho Federal De Psicologia (CFP)
106. Conselho Municipal de Educação (CME) de Itajá (GO)
107. Conselho Municipal de Educação (CME) de Lauro de Freitas (BA)
108. Conselho Municipal da Educação (CME) de Cravinhos (SP)
109. Conselho Municipal De Alimentação Escolar De Mucuri – Ba
110. Conselho Municipal de Educação (CME) de Igarassu (PE)
111. Conselho Municipal de Educação (CME) de Presidente Prudente (SP)
112. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

113. Conselho Nacional Das Instituições Da Rede Federal De Educação Profissional, Científica E Tecnológica (Conif)
114. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
115. Conselho Nacional De Ouvidorias Das Defensorias Publicas
116. Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região- Crefono 2
117. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
118. CUT PIUAI
119. Diversias - Grupo de Estudos em Diversidade, Educação e Controvérsias (PUC-Rio)
120. EM Profa Alzira Mazzoni
121. EMAAS
122. Emeb Donald Savazoni
123. Emeb Telma Simas
124. Emef duque de caxias
125. ENP - Elas no Poder
126. Escola Estadual Alexandrina Gomes de Araújo Rodrigues
127. Escola Estadual Desembargador Augusto Costa
128. Escola estadual Maria Arioene de Souza
129. Escola Municipal Aida Ramalho Cortez - EMARC/Campo Redondo - RN
130. Escola Municipal Cônsul Geral Bernhard Kalscheuer
131. Escola Municipal D.Antonio Brandão
132. Escola Municipal Dona Toinha Pe
133. Escola Municipal Sítio Várzea Grande Calumbí -PE.
134. Escola unidade escolar ix Antonio Sales Martins CR/RN
135. Escola Vera Cruz
136. Faculdade Ciências da Vida/Instituto Vida e Saúde - FCV
137. Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down
138. Federação De Sindicatos De Trabalhadores Técnico-Administrativos Em Instituições De Ensino Superior Públicas Do Brasil (Fasubra)
139. Federação dos trab. Da Adm. E do serviço Publico Municipal no Estado de São Paulo - FETAM-SP
140. Federação Estadual Dos Trabalhadores Na Educação Pública Do Estado De São Paulo – Fete/Sp
141. Federação Interestadual De Trabalhadores Em Educação Pública (Fite)
142. Federação Interestadual Dos Trabalhadores Em Estabelecimento De Ensino Privado Do Nordeste (Fitraene/Ne)
143. FEI/RN
144. FEIRN
145. FEPEC
146. FETAM - Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal no Estado de São Paulo
147. FOPEIES
148. Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)
149. Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes (FCHSSALLA)
150. Fórum de Educação da Zona Leste da Cidade de São Paulo (FEZL-SP)
151. Fórum de Educação Infantil do Ceará (FEIC)
152. Fórum de Educação Infantil do Rio Grande do Norte (FEIRN)
153. Fórum de Educação Integral para uma Cidade Educadora
154. Fórum De Presidentes E Vice-Presidentes De Comissões De Educação Das Assembleias Legislativas
155. Fórum Distrital De Educação - Df
156. Fórum em Defesa da Educação Infantil de Pernambuco (FEIPE)
157. Fórum Estadual De Educação – Al
158. Fórum Estadual De Educação – Ce
159. Fórum Estadual De Educação – Go
160. Fórum Estadual De Educação – Ma
161. Fórum Estadual De Educação – Ms
162. Fórum Estadual De Educação - Pa
163. Fórum Estadual De Educação – Rj
164. Fórum Estadual De Educação – Rn

165. Fórum Estadual De Educação – Rr
166. Fórum Estadual de Educação - SP
167. Fórum Estadual De Educação Da Paraíba – Pb
168. Fórum Estadual Permanente De Educação – Mg
169. Forum Estadual Popular De Educação – Am
170. Fórum Estadual Popular De Educação – Es
171. Fórum Estadual Popular De Educação – Pe
172. Fórum Estadual Popular De Educação – Pr
173. Fórum Estadual Popular De Educação – Rn
174. Fórum Estadual Popular De Educação De Santa Catarina – Sc
175. Forum Estadual Popular de Educação-RN
176. Fórum Municipal De Educação Mucuri – Bahia
177. Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo - FME/SP
178. Fórum Nacional de Educação Inclusiva (FONEI)
179. Fórum Nacional Dos Coordenadores Institucionais Do Parfor – Forparfor
180. Fórum Nacional Dos Coordenadores Institucionais Do Programa Institucional De Bolsas De Iniciação À Docência (Forpibid)
181. Fórum Nacional Popular De Educação (FNPE)
182. Fórum Paulista de Educação Infantil (FPEI)
183. Fórum Piauiense de Educação de Jovens e Adultos
184. Fórum Popular De Educação Infantil Do Espírito Santo - Fopeies/Mieib
185. Forum Popular De Mulheres De Porto Velho-Ro-Fpm-Pvh
186. Forumdir – Fórum Nacional De Diretores De Faculdades, Centro De Educação Ou Equivalentes Das Universidades Públicas Brasileiras
187. Fóruns De Eja Do Brasil – Fóruns De Educação De Jovens E Adultos Do Brasil
188. Frente Nacional em Defesa do Sistema Único de Assistência Social e da Seguridade Social
189. GADvS - Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero
190. GEERGE Grupo de Estudos em Educação e Relações de Gênero Faculdade de Educação UFRGS
191. Geledés Instituto da Mulher Negra
192. Grupo Comunidade Assumindo Suas Crianças (GCASC)
193. Grupo Curumim
194. Grupo de Estudos e Pesquisa: Conservadorismo e Educação Brasileira (GEPCEB-UFF)
195. Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE)
196. Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Juventude (GEPEJ/UFG)
197. Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos - GESDI/UERJ
198. Grupo de Pesquisa Pedagogia histórico-crítica e educação escolar
199. Grupo de Saúde Condor e Cabo Gato
200. Grupo Dignidade
201. Grupo Mulher Maravilha
202. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, GPEA-UFMT
203. IBASE
204. INCT PROPRIETAS
205. Iniciativa De Olho nos Planos
206. Instituto Alana (IA)
207. Instituto Aldeia - Hub de Educação RJ
208. Instituto Avisa Lá Formação Continuada de Educadores
209. Instituto Brasiliana
210. Instituto de Educação de Angra dos Reis - IEAR
211. Instituto De Estudos, Formação E Assessoria Em Políticas Sociais - Pólis
212. Instituto Fazendo História - IFH
213. Instituto Jô Clemente - IJC
214. Instituto Paulo Freire - IPF
215. Instituto Qualidade - IQ
216. Instituto Rodrigo Mendes - IRM
217. Instituto Semear Diversidade

218. Instituto Vladimir Herzog - IVH
219. Instituto Yandê
220. Isis Garcia
221. Juventude da Femab
222. Laboratório de Educação
223. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED/FE/UNICAMP)
224. Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
225. Laboratório De Políticas Públicas Da Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro - Lpp/Uerj
226. Liga Brasileira de Lésbicas (LBL)
227. Mais Diferenças (MD)
228. Ministério Público do Paraná
229. Movimento Uniforço Matu
230. Movimento Articulaçõ de Mulheres da AMAZÔNIA
231. Movimento de Ação e Inovação Social (MAIS)
232. Movimento de Mulheres do Tapanã
233. Movimento Dos Atingidos Por Barragens (MAB)
234. Movimento Dos Pequenos Agricultores (MPA)
235. Movimento Dos Sem Terra (MST)
236. Movimento Interforuns de Educacao Infantil do Brasil (MIEIB)
237. Movimento Nacional Em Defesa Do Ensino Médio (MNEM)
238. Movimento Nacional Meninos e Meninas de Ruas de PE
239. Movimento Negro Unificado (MNU)
240. Movimento Revoada
241. Nazineide Brito
242. NUDISEX - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
243. Observatório da Laicidade na Educação - OLÉ-UFF
244. Observatório Nacional de Educação Integral
245. Oposição Alternativa Sintepe
246. Particular CIR
247. Partido dos trabalhadores
248. Plan International Brasil
249. Plataforma Dhesca Brasil
250. PMI
251. Prefeitura de Nazaré da Mata.
252. Prefeitura de São Caetano do Sul
253. Professora Prefeitura do Recife
254. Proifes – Federação De Sindicatos De Professores E Professoras De Instituições Federais De Ensino Superior E De Ensino Básico Técnico E Tecnológico.
255. PT
256. PUCSP
257. Rádio Comunitária Cantareira FM
258. Red Estrado – Rede Latino-Americana De Estudos E Políticas Sobre Trabalho Docente.
259. Rede Comunica Educação
260. Rede de Territórios Educativos de S. Luís Maranhão
261. Rede Escola Pública e Universidade
262. Rede Escola Pública E Universidade (Repu)
263. Rede Feminista de Saúde
264. Rede Internacional de Pesquisadores em Educação Ambiental e Justiça Climática (REAJA)
265. Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA)
266. Seção Sindical Dos Docentes Da Universidade Federal Rural De Pernambuco – Aduferpe
267. Secretari Municipal de Educação/SEMED Maceió
268. Secretaria de Educação de Campo Redondo
269. Secretaria de Educação de Pernambuco
270. Secretaria de Educação de Tabira
271. Secretaria de Educação do Piauí
272. Secretaria de Educação do Piaui (SEDUC)

273. Secretaria Municipal de Educação de Franco da Rocha
274. Secretaria Municipal de Educação de Maceió - SEMED/MACEIÓ
275. Seed Pr
276. Setorial Municipal de Educação do PT São Paulo
277. Simone Aparecida
278. Sindicato de trabalhadoras domesticas de Nova Iguaçu
279. Sindicato Dos Professores Da Rede Pública Municipal De Ijuí/Rs – Apmi/Sindicato
280. Sindicato dos Professores de Recife
281. Sindicato Dos Professores Do Ensino Oficial Do Estado De São Paulo - Apeoesp
282. Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP)
283. Sindicato Dos Professores Do Municipio De Olinda – Sinpmol
284. Sindicato Dos Professores Municipais De Santa Maria – Sinprosm
285. Sindicato Dos Professores No Distrito Federal – Sinpro/Df
286. Sindicato dos Profissionais de Educação de Pernambuco
287. Sindicato Dos Servidores Do Magistério Municipal De Araucária - Sismmar
288. Sindicato Dos Servidores Públicos De Palmas De Monte Alto-Ba – Sindpalmas
289. Sindicato Dos Servidores Públicos Lotados Nas Secretarias De Educação E De Cultura Do Estado Do Ceará E Nas Secretarias Ou Departamentos De Educação E/Ou Cultura Dos Municípios Do Ceará – Apeoc
290. Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Caraúbas/Rn – Sindspumc
291. Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Mucuri-Ba- Sindiservim
292. Sindicato Dos Trabalhadores Da Educação De Alagoas – Sinteal
293. Sindicato Dos Trabalhadores Da Educação Do Estado Do Piauí - Sinte-Pi
294. Sindicato Dos Trabalhadores Da Educação Do Rio Grande Do Norte – Sinte/Rn
295. Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Rio Grande do Norte (SINTE/RN)
296. Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Em Educação Do Estado Da Paraíba – Sintep/Pb
297. Sindicato Dos Trabalhadores E Trabalhadoras Em Educação Pública Do Pará – SintepP
298. Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública no Piauí (SINTE/PI)
299. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Das Redes Públicas Estadual E Municipais Do Ensino Pré-Escolar, Fundamental E Médio Do Estado Da Bahia – Aplb/Sindicato
300. Sindicato dos trabalhadores em educação de Correntina-BA (SINDTEC)
301. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação De Goiás – Sintego
302. Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE)
303. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação De Pernambuco-Sintepe
304. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação De Rio Grande – Sinterg/Rs
305. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Estado Acre – Sinteac
306. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Estado Do Amazonas – Sinteam
307. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Piauí
308. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Município De João Pessoa – Sintem
309. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Do Município Do Jaboaão Dos Guararapes – Sinproja
310. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação No Estado De Rondônia-Sintero
311. Sindicato Dos Trabalhadores Em Educação Pública Do Paraná – App/Pr
312. Sindicato Dos Trabalhadores Em Estabelecimentos De Ensino No Município De Balsas – Sinteeba
313. Sindicato Dos Trabalhadores Em Instituições Federais De Educação Profissional E Tecnológica – Sintef/Go
314. Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da Informação do Estado de PE (SINDPDPE)
315. Sindicato Dos Trabalhadores Municipais De Educação De Colombo – Apmc
316. Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo - SINDSEP/SP
317. Sindicato Dos Trabalhadores No Ensino Público De Mato Grosso - Sintep-Mt
318. Sindicato Dos Trabalhadores Públicos Municipais Do Agreste E Borborema-Sintab
319. Sindicato Dos/As Trabalhadores/As Em Educação No Estado Do Tocantins – Sintet
320. Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul - ADUFRGS-Sindical
321. Sindicato Municipal de Professores de Recife (SIMPERE)

322. Sindicato Municipal Dos Trabalhadores Da Educação De Pio IX - Simtep
323. Sindicato Nacional Dos Servidores Federais Da Educação Básica, Profissional E Tecnológica - Sinasefe
324. SINDISEPI
325. Sinesp
326. SINTE - PI
327. Sinte - Pi - Regional de Demerval Lobão
328. SINTEAL
329. SINTEMO- Sindicato dos trabalhadores da Educação Municipal de Oeiras Piauí
330. SINTEPE
331. SINTET
332. Sindicato Único Dos Trabalhadores Em Educação De Minas Gerais – Sindute/Mg
333. SME Campo Redondo
334. SME DREPE
335. Sociedade Brasileira De Educação Matemática – Sbem
336. Sociedade Brasileira De Ensino De Química – Sbenq
337. Sociedade Brasileira De Sociologia – Sbs
338. Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos
339. UBM/RS- União Brasileira de Mulheres
340. UERJ
341. UEV João Victor de Oliveira
342. UFRN
343. UNEMAT
344. União Brasileira De Mulheres (UBM)
345. União Brasileira Dos Estudantes Secundaristas (UBES)
346. União Nacional Dos Conselhos Municipais De Educação (UNCME)
347. União Nacional Dos Estudantes (UNE)
348. União Paulista dos Estudantes Secundaristas - UPES
349. Unidade Escolar Costa ALVARENGA (Professora de Ciências)
350. UNIDADE ESCOLAR DR. JOSÉ DE MOURA FÉ UEJMF
351. Unidade Escolar IX Antônio Sales Martins
352. Unidade escolar V João Victor de Oliveira
353. Universidade de Passo Fundo - UPF
354. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape)
355. Usina da Imaginação
356. Villa Criar - Escola e Centro de Estudos
357. Virada Sustentável